

O advento da paz contagiou-me, naturalmente. Vivi verdadeiramente um sonho. São já, de algum modo, longas as décadas que trago nos músculos e nos ossos de mistura com grandes emoções – algumas delas boas, mas, a grande maioria, más.

Na realidade, emergi ao mundo em época demasiado conturbada – poucos anos depois do final da Segunda Guerra Mundial, aquando da criação dos grandes blocos de países com as suas rivalidades e disputas, no desabrochar dos países africanos enquanto Estados independentes, na nossa longa marcha para a independência nacional, com a violência que se lhe seguiu... Enfim, meio século quase sem fim...

Por isso, digo que a maioria das minhas emoções não foi muito boa. Pelo contrário, venho assistindo a um desfilhar infundo de dor e de sofrimento. Em boa verdade, dispensaria, se me fosse possível. Mas não é. Afinal, nem tudo depende de mim. Muito menos da minha vontade...

Esta guerra, que, finalmente, já acabou, alterou profundamente os hábitos e os costumes dos Angolanos. Fizemos coisas impensáveis, na perspectiva de outros padrões de comportamento, ou mesmo para outras épocas. Por exemplo, não fomos sempre um povo de brandos costumes, como, por vezes, orgulhosamente nos consideramos.

Ao longo destes últimos anos, o que mais me perturbou foi o facto de nos termos transformado num povo de migrantes. Hoje, vamos vagueando pelo mundo, em busca de segurança e de melhores condições de vida. Vamos, igualmente, deambulando aqui dentro, no interior do nosso país, fugindo de nós próprios, para preservarmos, no mínimo, a vida.

Nos últimos 40 anos, habituámo-nos a sair das nossas fronteiras tradicionais, e rumámos para outras paragens, por vezes demasiado longínquas.

Nas minhas andanças pelo mundo, cheguei a encontrar angolanos nos locais mais inesperados, quer nos confins da Europa quer até mesmo na Ásia.

Mas uma coisa é inquestionável: em qualquer circunstância, lá estamos nós, os Angolanos, manifestando a nossa angolidade, de diversas maneiras: na forma de falar, no modo de rir, no estilo de manifestar a nossa

satisfação e o nosso desagrado, num certo desapego quanto ao futuro mais distante, na solidariedade para com o compatriota encontrado, ou então reencontrado... Aquilo que, afinal, faz a diferença entre nós e os outros, o que nos torna, sempre, mais nós próprios.

Um angolano na diáspora vê-se à distância... Quase nos saudamos por instinto... Depois, é como se já nos conhecêssemos há muito tempo... Imediatamente se estabelece um fluxo de entendimento. E o tempo passa, passa... Fala-se de tudo o que se conheceu e viveu em conjunto – quando tais factos existiram. Ou, então, vamos discorrendo acerca de coisas que apenas imaginamos, mas sempre convictos de que o outro nos entende... E basta. Está estabelecida a ponte. Somos Angola, sempre. E esta é a nossa forma de o sermos...

Mas não é sobre a diáspora que venho aqui falar. Concretamente, pretendo olhar um pouco para o interior do nosso país. Pretendo entender, agora, em que ponto estamos, depois de uma guerra tão destruidora como foi esta nossa guerra de mais de 40 anos.

Deslocados e desenraizados

Durante estes 40 anos, fomos vivendo uma guerra intermitente. Intermitente, mas demasiado dura. Em qualquer das suas etapas, vimo-nos impelidos a deslocarmo-nos dos nossos locais tradicionais de habitação e de vida. Nos primeiros quase catorze anos de guerra – de 1961 a 1974 – eram populações imensas a encaminhar-se para os países fronteiriços do Norte e mesmo do Leste. Daí que muitos dos nossos compatriotas que hoje têm cerca de 30 anos, ou mais, tenham nascido ou vivido longos anos no exílio, uns nos Congos, outros na Zâmbia.

Porém, as convulsões político-militares que ocorrerem nos anos de 1975/1976 deslocaram massas enormes de gente dos centros urbanos para os meios rurais. Isto porque as lutas foram travadas, preferencialmente, nas cidades. Deu-se, pois, o fenómeno de deslocados urbanos, que trouxe consequências bastante negativas para o abastecimento dos centros urbanos, dado que muitos daqueles homens e mulheres trabalhavam nas

quintas agrícolas que circundavam as cidades. Outros nas pescarias, outros ainda eram operários de fábricas.

Nos anos que se seguiram, quando a guerra se instalou no interior, quase escolheu como palco principal os meios rurais e fez o inverso: incrementou o êxodo das populações dos campos para os centros urbanos. Começou, então, a sentir-se o impacto negativo desse novo fluxo, uma vez que as quintas e as velhas plantações agrícolas estavam praticamente abandonadas.

Ao contrário do que se poderia eventualmente esperar, a vinda de populações rurais para as cidades fez aumentar as carências que já se faziam sentir em todos os domínios, desde o habitacional até ao alimentar, passando pelos abastecimentos em água, energia, etc.

O conflito pós-eleitoral de 1992 agudizou, em exponencialmente, o fenómeno migratório. Tudo ficou, enfim, mais difícil. Novo fluxo de deslocados, caminhando já para os mais diversos pontos do país, em busca de aconchego, de segurança, de alguma esperança.

Hoje, temos uma realidade impensável há alguns anos. Fala-se em mais de quatro milhões de angolanos deslocados dos seus locais tradicionais.

Os campos de deslocados são pontos de acolhimento de milhares e milhares de homens, mulheres e crianças desadaptados a tudo quanto é vida normal. Muitos sem escolas, sem assistência médica e medicamentosa, a maioria vivendo em condições de alguma promiscuidade, partilhando espaços exíguos. Por vezes, chegando mesmo a viver conjuntamente três gerações de angolanos.

Neste momento, vários aspectos me preocupam. Primeiro que tudo, e em muitos casos, estes homens e mulheres há já muitos anos abandonaram as suas aldeias. Os que eram mais velhos, na altura da partida, envelheceram. Originariamente, eram camponeses, mas hoje, na prática, já deixaram de o ser.

Outro grupo, constituído pelos homens e mulheres de meia-idade, habituaram-se ao modo de vida típico dos arredores das grandes cidades – sobrevivem, agora, de expedientes diversos, prestando serviços de ocasião.

Qualquer destes dois grandes grupos dificilmente regressará aos seus locais de origem. Como é lógico, os velhos já não podem reiniciar algo. Os de meia-idade perderam o hábito e a perícia de trabalhar no campo – perderam as suas raízes. Com o agravante de terem filhos em idade escolar. Naturalmente, os campos que antes abandonaram perderam tudo quanto era infra-estrutura de educação, de saúde, de comércio. Para além disso, as suas lavras estão hoje transformadas em autênticos campos de minas.

Por fim, os filhos. Estes, do campo e do meio tipicamente rural, ou nunca tiveram memória, ou, então, perderam-na, graças à erosão do tempo. Muitos terão nascido já em campos de deslocados. São, pois, no mínimo, suburbanos; tudo menos camponeses.

Fala-se muito hoje do seu regresso.

Os angolanos que vivem na diáspora sonham um dia regressar, voltar a ver os familiares, retornar ao calor da nossa terra, ao aconchego dos seus velhos lares. Para muitos destes, restará apenas, talvez, a utopia...

Um sério problema político

Mas o regresso dos deslocados é um problema demasiado sério. Ele coloca questões de vária ordem, quer social quer económica. Mas, sobretudo, ele coloca questões de ordem política e humanitária, do meu ponto de vista.

Dizer aos deslocados que devem deixar os seus campos e regressar quase imediatamente às suas aldeias de origem não levanta um sério problema político? Eu acho que sim.

A nossa Constituição garante aos cidadãos o direito de escolherem livremente o local do país onde preferem viver, sem qualquer tipo de coacção. Pelo que todos os cidadãos são livres de escolher o local onde desejam viver e até mesmo morrer.

Mas o mais grave é o seguinte: como dizer a um velho, que abandonou há muito a sua terra de origem, nalguns casos mesmo há mais de dez anos, que agora deve regressar?... Na realidade, a sua casa já não existe, o seu campo de cultivo é possivelmente um campo de minas, o seu vizinho mais próximo será alguém que ele nunca conheceu. A sua estrutura tradicional

ficou destruída. Ele terá fugido juntamente com o soba que ele reconhece como autoridade legítima, mas este soba já terá sido substituído por um outro soba, agora imposto pelas autoridades, no seu interesse e na sua conveniência...

Como dizer e obrigar alguém a regressar, se ele já se habituou aos expedientes típicos da cidade; se, bem ou mal, ele tem uma forma mais segura de subsistir, mesmo que hoje viva numa tenda ou numa casa de construção precária?

É possível dizer-se a um jovem que nasceu e/ou viveu uma vida inteira, mesmo que curta, nos arredores de uma cidade, que ele, *afinal*, é um camponês, e que, por isso, deve regressar ao campo, quando, na realidade, ele nunca de lá partiu?

Estes e outros problemas colocam-se neste país que acabou de sair de uma muito longa e muito destrutiva guerra sem qualquer sentido...

Este não é, propriamente, o meu problema concreto, enquanto pessoa individual; mas, este é, acima de tudo, o meu problema abstracto, enquanto cidadão angolano.

E é, afinal, talvez, o maior problema de todos nós...